



Expedições Botânicas e Exploração da Natureza no Nordeste do Brasil (1933-1968)¹

PAULO ITALO MOREIRA*

1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar as expedições botânicas que se destinaram ao Nordeste do Brasil entre os anos 1933 e 1968, período de atuação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), e a relação dessas expedições com as discussões em torno da exploração da natureza a partir da relação homem-ciência-natureza. Sendo uma das iniciativas advindas com a proposta de governo de Getúlio Vargas, o CFEACB foi criado sob a perspectiva do projeto político e ideológico de integração e proteção das riquezas nacionais. Tanto as limitações das explorações da natureza no Brasil e do conhecimento geográfico de suas fronteiras (entre países) e os limites (entre estados), como características acerca da proteção à nação, como a preocupação em relação às espionagens, ao controle do processo de imigração, ao julgamento da idoneidade do expedicionário e da expedição, foram questões que endossavam esta ideologia.

Portanto, as expedições de cunho particular ou estrangeiras de modo geral que tivessem como objetivo a exploração do território brasileiro teriam que se enquadrar em uma série de procedimentos com vistas à organização e regularização de suas atividades perante esse Conselho. Os motes de pesquisa dessas expedições foram os mais diversos: desde estudos botânicos a respeito das espécies típicas da região, de coleta de material zoológico no Ceará para estudos sobre a evolução das espécies, até os estudos a respeito de eclipses solares em Pernambuco. Para a abordagem teórico/metodológica, busca-se compreender as expedições sob a perspectiva da história das ciências, propriamente sobre os estudos acerca da geografia do conhecimento científico, enquadrando o debate entre os saberes locais e globais e o aspecto territorial.

¹ O seguinte texto diz respeito a algumas considerações iniciais a partir do projeto intitulado “História, Memória Documental e Divulgação da Ciência e Tecnologia Brasileira”, desenvolvido no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no âmbito do Programa de Capacitação Institucional (PCI-CNPq). A análise se restringirá às expedições científicas que se destinaram ao nordeste do Brasil no século XX e o levantamento dos recursos naturais identificados pelos expedicionários que compunham tais expedições.

* Pesquisador Colaborador do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).



As expedições científicas a partir de 1933 passaram a ser controladas pelo Estado, mediante a obediência de um conjunto de normas requerido para cada expedição científica.

Foi nesse âmbito que em 31 de outubro de 1933, pelo Decreto 22.311, cria-se o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB). A partir desse momento, as expedições de cunho particular² ou estrangeiras de modo geral que tivessem como objetivo a exploração do território brasileiro teriam que se enquadrar em uma série de procedimentos com vistas à organização e regularização de suas atividades perante esse Conselho. Para tanto, de modo geral, requeria-se às expedições a emissão de documentos oficiais que descrevessem todas as suas atividades, como o pedido de permissão para a realização das viagens, o material a ser utilizado, a finalidade, os objetivos, os integrantes, o percurso e a listagem de todo o material que porventura fosse coletado.

A proposta controladora e fiscalizadora do CFEACB procurou, sobretudo, salvaguardar o patrimônio histórico, artístico e científico nacional.³ Os intelectuais ligados à criação do Conselho⁴ reivindicavam a formação de uma ideia de nação que perpassasse a proteção do patrimônio natural nacional, sendo função do Estado controlar o acesso a esses “bens da nação” (LISBOA, 2004). Anteriormente, as primeiras viagens científicas do início da república contribuíram para a construção de um imaginário a respeito das regiões do interior do Brasil e uma ideia de sertão na tentativa de estabelecer uma unidade territorial a partir da análise da natureza (LIMA, 1999). Portanto, a relação entre natureza e identidade nacional já havia sido gestada antes das discussões dos membros fundadores do Conselho; porém, as especificidades do seu contexto de criação fortaleceram, de certa maneira, esse discurso.

O período de criação do CFEACB foi marcado pelo processo de integração nacional e de regulação de órgãos estatais na década de 1930 em diante. Para tanto, foram criados órgãos de controle das atividades com o intuito de “articular o aparelho da administração pública” (FARIA, 2012:15). Segundo Castro Faria:

A ideologia nacionalista é sem dúvida o substrato comum a todas essas iniciativas – a sacralização da ideia de integridade nacional, com o seu reverso, a suspeição do

² A atuação do Conselho sobre as expedições nacionais se restringiu às expedições particulares, não cabendo ao mesmo a fiscalização e controle das expedições levadas a cabo pelas instituições e órgãos públicos que fomentavam viagens científicas, como o Museu Nacional, o Museu Goeldi, entre outros.

³ Para Lisboa, a ideia de patrimônio se configurava bastante generalizada: “Em tese, tudo era patrimônio da nação. Tudo era possível de ser examinado e protegido” (LISBOA, 2004:122). Porém, privilegiou-se salvaguardar o patrimônio científico.

⁴ Os membros-fundadores do Conselho foram os seguintes: Cândido Firmino Mello Leitão, Museu Nacional; Carlos Marinho de Paula Barros, Ministério da Fazenda; Djalma Guimarães, Departamento Nacional de Produção Mineral; Joaquim Menezes de Oliva, Museu Histórico Nacional; Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Ministério das Relações Exteriores; Armando Ribeiro, Serviço Geográfico do Exército; José Flexa Pinto Ribeiro, Escola Nacional de Belas Artes; Heloisa Alberto Torres, Museu Nacional; Lauro Pereira Travassos, Departamento Nacional de Produção Animal.

estrangeiro, engendam medidas de censura (do cinema), de fiscalização (das expedições artísticas e científicas), de proteção e vigilância (dos monumentos históricos, artísticos, legendários) (FARIA, 2012:16).

Foram várias as instituições e conselhos administrativos criados na era Vargas “[...] reveladores do esforço do Estado em reorganizar e modernizar sua estrutura e criar base administrativa” (GRUPIONI, 1998: 23). Ao lado do processo de integração, a criação dessas instituições e conselhos reforçariam a centralização política e econômica proposta pelo Estado (DINIZ, 1986, p. 111). Várias foram as tentativas de integração das regiões do país, com vistas ao desenvolvimento de uma “[...] política nacional de correção dos graves desequilíbrios regionais” (CAMARGO, 1986: 160-161). Nesse sentido, registra-se, também, a fundação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), “embrião da futura SUDENE” (Idem, 1986: 165), entre outros órgãos administrativos.

A análise do conjunto das expedições fiscalizadas por esse conselho relativas ao Nordeste, será feita sob a ótica da construção do conhecimento científico e, sobretudo, a partir dos debates em torno da Geografia do Conhecimento Científico ou Geografia Histórica da Ciência. A apreensão do conhecimento científico a partir de as perspectivas históricas e geográficas levanta elementos para a análise, quais sejam: 1. o debate entre os saberes locais e o globais; 2. O aspecto territorial, ou seja, os lugares onde o conhecimento é produzido, coletado, reorganizado e recebido, que podem ser os laboratórios, instituições, academias científicas, museus, salões de leitura etc. e os parâmetros locais para tal produção (NAYLOR, 2016: 2); 3. e a apreensão da circulação do conhecimento científico a partir do movimento de instrumentos, pessoas, objetos, mapas, coleções etc. A proposta, portanto, é compreender o *pari passu* da constituição do conhecimento científico, este entendido não como um conhecimento universal desconectado da sua espacialidade ou situado fora do espaço, mas produzido, recebido e circulado a partir das variáveis regionais e especificidades locais. Segundo Ardigó:

Assim, podemos afirmar que, embora a ciência se baseie em constantes universais, sua prática e objetos de estudo variaram, no passado, de acordo com demandas que podem ser relacionadas a determinadas espacialidades, sejam as fronteiras geopolíticas de uma nação, as margens difusas de um campo de batalha ou mesmo as paredes enegrecidas de uma mina de carvão (ARDIGÓ, 2011:18).

A espacialidade, portanto, traz elementos para a orientação do pensamento e da prática de história das ciências. Essa ferramenta de análise amplia o campo de visão, na medida em que o interesse é pontuar o fluxo, a circulação e a rede estabelecida através desse movimento. Para o estudo das expedições fiscalizadas pelo Conselho, busca-se utilizar essa possibilidade

de análise por conter todos esses pontos supramencionados, uma vez que cada expedição, principalmente as de outros países, guardava as suas especificidades oriundas dos seus locais de origem, as suas concepções sobre o conhecimento científico e o movimento de contato com as particularidades da natureza e dos saberes locais, da circulação de cientistas e objetos, configura-se um conjunto a ser explorado nesta pesquisa.

2. Expedições Botânicas no Nordeste do Brasil

Nos anos de atuação do Conselho de Fiscalização, a quantidade de expedições que passaram pelo Brasil e que tinham como roteiro o Nordeste do país expressa as questões propostas pela agenda científica destas expedições. Como foi dito, os objetivos dessas expedições eram os mais diversos, desde a coleta de material por um único membro para a comprovação de teorias científicas até explorações complexas da natureza em seus pormenores, através do envio de grandes equipes; e abrangiam vários ramos das ciências naturais, como geologia, oceanografia, botânica, zoologia, entre outros. O conjunto dessas expedições revela, embora parcialmente, um panorama das ciências naturais no cenário científico mundial do período, no que tange às especificidades de interesses de cada país e de cada expedicionário.

Entre 1933 e 1968, época de início e fim do CFEACB, cerca de oito expedições botânicas percorreram o Nordeste do Brasil. Os chefes de cada expedição solicitavam a autorização do Conselho para realizarem as suas atividades. Em geral, a formação dos expedicionários correspondia com o assunto da expedição. Porém, algumas expedições contavam com membros de múltiplas formações, e que objetivaram atuar como botânicos. Ademais, há um caso no qual uma expedição astronômica tinha como objetivos a coleta e análise de espécimes da flora, e que, portanto, haveria a necessidade de botânicos integrados à comissão. Em outra ocasião, expedições chefiadas pelo botânico norte americano Mulford Foster e pelo botânico George Eiten tinham como objetivo, também, a análise da fauna local. Para estes casos, as expedições tinham dupla função e foram classificadas de tal maneira.

A primeira expedição botânica que percorreu o Nordeste do Brasil no período recortado foi a "Carnauba Expedition", da empresa norte americana Johnson & Son. No ano de 1935, esta expedição, oriunda dos Estados Unidos, veio ao Brasil. Ela tinha como destino, sobretudo, os estados que compõem, hoje, a região nordeste. Entre os objetivos dessa expedição, no pedido enviado ao CFEACB, constam: o intuito de analisar cientificamente e

explorar especificamente uma espécie de palmeira denominada carnaúba, a produção de cera desta mesma espécie e outras espécies vegetais (CFEACB T.2.038, 1935, Doc. 5: 161). Porém, o diário de viagem, escrito e publicado por Herbert Fisk Johnson Jr., membro chefe da expedição, revela um aprofundamento maior dos objetivos da expedição:

1. To determine whether or not there were any significant carnauba palm growths in Brazil, not therefore discovered. 2. to survey the know carnauba growths and to study the economics of wax production . 3. To study native methods of harvesting, gathering and refining the wax, with a view to improving these methods and thereby insuring a larger and better supply of raw material for the markets. 4. To determine the possibilities of cultivating the wax palm as in a plantation. 5. To purchase a carnauba form for the purpose of establishing an experiment station (JOHSSON JR., 1936: 4).

O pedido para a realização de tal expedição foi realizado em maio de 1935; porém, as atividades dos expedicionários só puderam ser iniciadas cinco meses após o pedido de licença, depois de passar pelo trâmite burocrático requerido pelo regulamento do Conselho. A expedição não recebeu parecer favorável logo de início, principalmente pela forma como seriam realizadas as prospecções, através de viagens aéreas, e constar na bagagem alguns revólveres e munições. Para tanto, a pedido do relator responsável pelo trâmite dessa expedição em específico, necessitava-se da autorização do comando do exército brasileiro. Entre os membros do Conselho, discutiu-se se a expedição traria algum benefício ao Brasil e, portanto, se seria de interesse público. Segundo o relator do pedido, “[...] o interesse publico do empreendimento está em serem os aludidos expedicionários os maiores negociantes de cera, interessando, portanto, ao nosso paiz no ponto de vista do desenvolvimento da exploração da carnaubeira” (CFEACB.T.2.038, 1935, Doc.5: 179). A partir desses pareceres favoráveis, a expedição chegou ao Brasil em 7 de outubro de 1935.

No ano de 1936, duas expedições pediram a autorização do Conselho para realizarem pesquisas nos estados do Nordeste. Em 15 de janeiro de 1936, registrou-se o pedido do botânico norte americano Julius L. Collins, colaborador da Estação Experimental Agrícola do Hawaii, uma das estações experimentais do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. O objetivo da expedição foi realizar explorações de plantas e fazer coleta de nozes adaptáveis ao cultivo no Hawaii. O roteiro da expedição chefiada por Collins abrangia outros países, como Equador e Guyana Inglesa.⁵ No Brasil, Collins percorreu os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará, e, em outro momento, São Paulo e Mato Grosso. Suas viagens foram acompanhadas pelo também botânico Kenneth F. Baker, da Universidade de Honolulu.

⁵ Hoje, República da Guiana.

Ainda no ano de 1936, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou ao Conselho de Fiscalização o pedido de autorização de uma expedição botânica oriunda dos Estados Unidos, chefiada pelo botânico norte-americano William Andrew Archer e George W.D. Hamlett. Esta expedição tinha como objetivo pesquisar e coletar espécies de amendoins e as suas formas de cultivo nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás e Bahia. A duração da expedição foi estipulada em seis meses. Na justificativa de autorização da expedição, o também botânico Paulo Campos Porto foi de parecer favorável, destacando a importância desse estudo com o fim de melhorar, economicamente, produtos indígenas.

O botânico norte-americano Mulford Foster e sua esposa realizaram duas expedições no Brasil. A primeira delas ocorreu em 1939, para os estados da Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. À época, Foster já era considerado um experiente botânico, especialista em flora tropical e subtropical, tendo com vínculos de trabalho como no Smithsonian Instituto of Washington e no Gray Herbarium da Universidade de Harvard. O objetivo dessa expedição era estudar a flora tropical e coletar espécimes vivos de animais e aves. Considera-se, portanto, esta expedição como botânica e zoológica. A autorização para tal atividade foi concedida em 25 de maio de 1939, pelo então presidente do Conselho de Fiscalização no período, Paulo Campos Porto. Ao fim da expedição, Foster solicitou ao Conselho a exportação do material coletado, em 20 volumes, tendo como destino o Smithsonian Institute de Washington e Gray Herbarium da Universidade de Harvard. Enviou ao Museu Nacional: 107 exemplares de bromeliáceas e 10 de orquídeas em plantas vivas e 235 exemplares de bromeliáceas herborizadas (CFEACB T.1.49, 1939, D1: 65).

A segunda expedição de Foster a estados do Nordeste ocorreu em outubro de 1948. Diferentemente das outras expedições realizadas por Foster, que contaram com financiamento de instituições norte-americanas,⁶ a expedição de 1948 contou com os auspícios do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O objetivo dessa expedição foi o mesmo das outras duas expedições: coletar e estudar espécies de bromeliáceas. Dessa vez, o roteiro contemplou os estados do Ceará, Pará, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Em virtude do retrospecto positivo nas outras expedições feitas por Foster e de sua autoridade científica, foram concedidas todas as facilidades para a execução das atividades de Foster.

Em 1947, a Academia de Ciências das Repúblicas Socialistas Soviéticas realizou uma expedição astronômica e botânica no Brasil. Essa expedição contou com um número expressivo de membros, tomando parte dela as seguintes instituições: Academias de Ciências

⁶ Foster realizou outra expedição em 1940; porém, essa expedição não percorreu nenhum estado da região nordeste.

da União Soviética, Observatório Central de Pulkovo, Instituto Lebedev de Física, Instituto Sternberg de Astronomia, da Universidade de Moscou, Universidade do Estado de Leningrado e Instituto Komarov de Botânica. O objetivo principal da expedição foi observar e estudar o eclipse total do sol, que ocorreu em 1947. A equipe foi dividida em duas partes: a primeira se estabeleceu no interior do estado de Minas Gerais e a segunda realizou as suas observações e seus estudos a bordo de um navio em Salvador. As atividades botânicas ficaram a cargo dos seguintes cientistas: prof. Boris K. Chichkin, membro-correspondente da Academia de Ciências da U.R.S.S., diretor do Instituto Komarov de Botânica da Academia de Ciências de Leningrado e chefe da Missão Científica de Botânicos; prof. Serguei Iuzepchuk, doutor em Ciências Biológicas; prof. Leonid F. Právdin, doutor em Ciências Biológicas; e Leonid E. Rodin, doutor em Ciências. O grupo de botânicos ocupou-se em estudar a flora brasileira, procurando completar as coleções botânicas da U.R.S.S.

Por fim, o botânico norte-americano George Eiten chefiou uma expedição em 1963, que percorreu Brasília, Goiás e alguns estados do nordeste do Brasil. A finalidade da expedição foi coletar material botânico e zoológico, além de fazer um filme sobre os vaqueiros. A equipe foi formada pela botânica brasileira Liene de Jesus Eiten, funcionária do Instituto de Botânica de São Paulo, do qual George Eiten também era funcionário; e estudantes de botânica, com destaque para Margaret Mee. O roteiro da expedição foi o seguinte:

A expedição voará ao Rio de Janeiro e de lá a São Paulo onde se juntará com os Eitens e Sra. Mee (os quais são funcionários do Instituto de botânica do Estado de São Paulo). Então dirigiremos a Brasília onde filmaremos a nova capital por uma semana. Então viajaremos a uma fazenda perto do Rio crixá-açu em Goiás 330km noroeste do capital onde ficaremos 2-3 semanas coletando espécimens e amostras de solo. Então viajaremos ao Nordeste a uma fazenda em Pernambuco cerca de 230 km de Recife onde gastaremos 4-5 semanas fazendo um filme dos vaqueiros. Então viajaremos ao longo do litoral para o Rio de Janeiro e de lá os membros britânicos da expedição embarcarão para a Inglaterra, e os outros três voltarão a São Paulo (CFEACB T.2.397, 1963, D1: 1).

O material coletado deveria se destinar às seguintes instituições: o material zoológico em Geral ao British Museum; parte da coleção de cobras: Instituto Butantã; o material Botânico ao Royal Botanic Gardens, Kew e o Instituto de Botânica do Estado de São Paulo; e as amostras de Solo a Durham University, Inglaterra.

Considerações finais

O quadro das expedições botânicas arrolado neste texto contribui para foram subsidiadas por instituições científicas norte-americanas. Esse indício vale também para o conjunto das expedições em todas as suas especialidades, denotando um interesse dos Estados Unidos na exploração da natureza brasileira. Outro fator preponderante é o intuito de coleta das expedições. Muitas delas tiveram como objetivo a coleta de espécimes botânicos os mais variados, para estudo comparativo e adaptativo. Um dos requisitos para a concessão da autorização era o envio de duplicatas do material coletado para instituições científicas brasileiras. Instituições como o Museu Nacional e o Jardim Botânico, dentre outras, beneficiaram-se desse pré-requisito para elevarem os seus acervos (LISBOA, 2004; GRUPIONI, 1998).

Embora preliminarmente, a investigação dessas expedições levanta alguns questionamentos que devem ser aprofundados em outros momentos, como a já mencionada preponderância das expedições norte-americanas; o contato estabelecido pelos membros dessas expedições com os cientistas locais para a realização das suas atividades em solo brasileiro, estabelecendo uma circulação de cientistas estrangeiros em território brasileiro; o estudo dos métodos de cultivo de determinados espécimes da flora local, feito pelos pequenos agricultores e habitantes da região – principalmente o caso da “Carnauba Expedition”; e, principalmente, o desenrolar das atividades dessas expedições depois de suas prospecções em campo. A análise dessas expedições é importante para o entendimento da agenda científica internacional em território nacional. A natureza brasileira como objeto de exploração por nações estrangeiras definitivamente não é uma novidade; porém, o período de atuação do Conselho de Fiscalização recebeu contornos fortemente nacionalistas e, portanto, aprofundar a análise do conjunto dessas expedições, além revelar as particularidades propriamente científicas, contribui para a compreensão do desenrolar entre a política e a ciência.

Referências Bibliográficas

Fontes

Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB).

Impressas

JOHNSON JR., Herbert Fisk. **Carnauba Expedition**. The Story of a scientific adventure by Airplane to study the Carnauba Palm at its Source in the interior of Brazil. USA, 1936.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: editora Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. São Paulo: Cortez, 2006.

ARDIGÓ, Fabiano (org.). **Histórias de uma Ciência Regional: cientistas e suas instituições no Paraná (1940-1960)**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964)**, 1986, pp. 123-224.

CASTRO, Celso. **A trajetória de um arquivo histórico** reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.º. 36, julho-dezembro de 2005, pp. 33-42.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classes. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964)**, 1986, pp.79-120.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. L'UNESCO et les projets sur l'homme et la nature. In: **Actas du colloque international, 60 ans d'histoire de l'UNESCO**. Paris: composé et imprimé dans les ateliers de l'UNESCO, 2007, pp. 395-400.

FARIA, Luiz de Castro. Introdução. In: **Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: inventário**. 3.ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.pp. 12-20.

FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964)**. Editora Difel, 1986.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.

GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Coleções e Expedições Vigeadas**: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

KOHLER, Robert E. **Landscapes and labsapes**: exploring the lab-field border in biology. The University Chicago Press, 2002.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

LISBOA, Araci Gomes. **O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil**: ciência, patrimônio e controle. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

NAYLOR, Simon. Introduction: A Biography of a scientific Region. In: NAYLOR, Simon. **Regionalizing Science**: placing knowledge In Vicrotian England. University of Pittsburgh Press, 2016, pp.1-12.